

Quarta-Feira, 07 de Outubro de 2026

Eleições 2026: o trabalho da Justiça Eleitoral por trás de cada voto

A realização de uma eleição vai muito além do momento em que o eleitor comparece à seção e registra seu voto. Por trás desse ato existe uma grande estrutura de planejamento, logística, tecnologia, segurança e, sobretudo, trabalho humano.

Nas Eleições Gerais de 2026, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) mobilizou uma operação de grandes proporções para assegurar o exercício do voto em todo o Estado. Foram 2,6 milhões de eleitores, 8.287 seções eleitorais, 1.519 locais de votação e mais de 54 mil pessoas envolvidas, alcançando os 142 municípios mato-grossenses.

Justiça Eleitoral

Sob a condução da presidente do TRE-MT, desembargadora Serly Marcondes Alves, e do vice-presidente e corregedor regional eleitoral, desembargador Marcos Machado, o trabalho começou muito antes da abertura das urnas.

Preparação dos equipamentos, treinamento das equipes, organização dos locais de votação, segurança, transporte, suporte tecnológico e estrutura para apuração e totalização fizeram parte de uma operação cuidadosamente planejada.

Justiça Eleitoral

A dimensão desse trabalho talvez seja ainda mais perceptível quando olhamos para as regiões mais distantes de Mato Grosso.

O Estado possui 114 locais de votação considerados de difícil acesso, dos quais 38 estão em aldeias indígenas. Para chegar a algumas dessas comunidades, a Justiça Eleitoral precisou organizar deslocamentos por estradas não pavimentadas, embarcações e até aeronaves. Em sete localidades indígenas, o acesso das equipes ocorreu por transporte aéreo.

Justiça Eleitoral

É a Justiça Eleitoral chegando à capital, ao interior, às comunidades rurais e ribeirinhas e às aldeias indígenas, superando distâncias e dificuldades para que o direito ao voto alcance o eleitor onde ele estiver.

Encerrada a votação, outro grande trabalho se inicia. A apuração e a totalização dos votos seguem procedimentos previamente regulamentados, com Comissão Apuradora própria e mecanismos de acompanhamento e fiscalização.

Justiça Eleitoral

Nada disso seria possível sem a dedicação dos membros do pleno da Corte, juízes da propaganda, servidores, técnicos, mesários, colaboradores e forças de segurança. São milhares de pessoas que, muitas vezes longe dos holofotes, trabalham antes, durante e depois da eleição para que todo o processo funcione.

Também merece destaque a atuação da OAB-MT, que acompanhou as Eleições 2026 por meio da Comissão de Direito Eleitoral, do Observatório Nacional das Eleições Gerais e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas. Representantes da Ordem estiveram em locais de votação, acompanharam o Teste de Integridade das urnas e os procedimentos de apuração.

Colider

Tive a honra de acompanhar de perto parte desses trabalhos, durante o dia da eleição e também na apuração, a convite da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT.

Para mim, essa experiência teve um significado ainda mais especial, pois já integrei o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso como juiz-membro da Corte, na classe dos juristas. Retornar àquela Casa, agora sob outra perspectiva, e acompanhar a dimensão da operação eleitoral reforçou minha admiração pelo trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral e por todos aqueles que a fazem funcionar.

Da capital à aldeia indígena mais distante, por trás de cada voto existe planejamento, responsabilidade e pessoas comprometidas em fazer a democracia chegar a todos.

André Pozeti - Advogado, especialista em Direito Eleitoral, ex-juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, na classe dos advogados (TRE-MT), e membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT